

III

(Actos preparatórios)

CONSELHO

POSIÇÃO COMUM (CE) N.º 11/2008

adoptada pelo Conselho em 28 de Fevereiro de 2008

tendo em vista a aprovação da Directiva 2008/.../CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de ...,
relativa a certos aspectos da mediação em matéria civil e comercial

(2008/C 122 E/01)

O PARLAMENTO EUROPEU E O CONSELHO DA UNIÃO EUROPEIA,

Tendo em conta o Tratado que institui a Comunidade Europeia, nomeadamente a alínea c) do artigo 61.º e o segundo travessão do n.º 5 do artigo 67.º,

Tendo em conta a proposta da Comissão,

Tendo em conta o parecer do Comité Económico e Social Europeu ⁽¹⁾,

Deliberando nos termos do artigo 251.º do Tratado ⁽²⁾,

Considerando o seguinte:

- (1) A Comunidade estabeleceu como objectivo manter e desenvolver um espaço de liberdade, de segurança e de justiça no qual seja assegurada a livre circulação de pessoas. Para este efeito, a Comunidade deverá aprovar, nomeadamente, medidas no domínio da cooperação judiciária em matéria civil necessárias para o correcto funcionamento do mercado interno.
- (2) O princípio do acesso à justiça é fundamental e, no intuito de facilitar um melhor acesso à justiça, o Conselho Europeu, na sua reunião de Tampere de 15 e 16 de Outubro de 1999, solicitou aos Estados-Membros que criassem procedimentos extrajudiciais alternativos.
- (3) Em Maio de 2000, o Conselho aprovou conclusões sobre modos alternativos de resolução de litígios, declarando que o estabelecimento de princípios fundamentais neste

domínio constitui uma etapa essencial para o desenvolvimento e funcionamento adequado dos procedimentos extrajudiciais para a resolução dos litígios em matéria civil e comercial, de forma a simplificar e melhorar o acesso à justiça.

- (4) Em Abril de 2002, a Comissão apresentou um Livro Verde sobre os modos alternativos de resolução dos litígios em matéria civil e comercial na União Europeia no qual fez o ponto da situação nesse domínio e através do qual lançou consultas alargadas com os Estados-Membros e os interessados sobre medidas possíveis para promover o recurso à mediação.
- (5) O objectivo de assegurar um melhor acesso à justiça, como parte da política da União Europeia para estabelecer um espaço de liberdade, de segurança e de justiça, deverá incluir o acesso a modos de resolução de litígios tanto judiciais como extrajudiciais. A presente directiva deverá contribuir para o correcto funcionamento do mercado interno, em especial no que diz respeito à disponibilidade de serviços de mediação.
- (6) A mediação pode proporcionar uma solução extrajudicial rápida e pouco onerosa para litígios em matéria civil e comercial através de procedimentos adaptados às necessidades das partes. É mais provável que os acordos obtidos por via de mediação sejam cumpridos voluntariamente e preservem uma relação amigável e estável entre as partes. Estas vantagens tornam-se ainda mais evidentes em situações que apresentam aspectos transfronteiriços.
- (7) Para promover o recurso à mediação e garantir que as partes que a ela recorrem possam confiar num quadro jurídico previsível, é necessário prever um enquadramento normativo que aborde, em especial, aspectos fundamentais do processo civil.

⁽¹⁾ JO C 268 de 17.11.2005, p. 1.

⁽²⁾ Parecer do Parlamento Europeu de 29 de Março de 2007 (JO C 27 E de 31.1.2008, p. 129), posição comum do Conselho de 28 de Fevereiro de 2008 e posição do Parlamento Europeu de ... (ainda não publicada no Jornal Oficial).

- (8) O disposto na presente directiva deverá aplicar-se apenas à mediação em litígios transfronteiriços, mas nada deverá impedir os Estados-Membros de aplicar igualmente estas disposições a processos de mediação internos.
- (9) A presente directiva não deverá obstar de modo algum à utilização das modernas tecnologias da comunicação no processo de mediação.
- (10) A presente directiva deverá aplicar-se aos processos em que duas ou mais partes num litígio transfronteiriço procurem voluntariamente chegar a um acordo amigável sobre a resolução do seu litígio, com a assistência de um mediador. A presente directiva deverá ser aplicável em matéria civil e comercial. Todavia, não se deverá aplicar aos direitos e obrigações sobre os quais as partes, nos termos do direito aplicável, não sejam livres de decidir por si só. Esses direitos e obrigações são particularmente frequentes em questões de direito da família e de direito do trabalho.
- (11) A presente directiva não se deverá aplicar às negociações pré-contratuais nem aos processos de natureza quase-judicial, como determinados regimes de conciliação judicial, regimes relativos a queixas de consumidores, arbitragem e avaliações de peritos, ou a processos em que certas pessoas ou instâncias emitem uma recomendação formal, juridicamente vinculativa ou não, para resolver o litígio.
- (12) A presente directiva deverá aplicar-se aos casos em que um tribunal remete as partes para a mediação ou em que o direito nacional impõe a mediação. Além disso, na medida em que um juiz possa actuar como mediador nos termos do direito nacional, a presente directiva deverá igualmente aplicar-se à mediação conduzida por um juiz que não seja responsável por qualquer processo judicial relacionado com o litígio ou litígios em causa. No entanto, a presente directiva não deverá estender-se às tentativas realizadas pelo tribunal ou pelo juiz do processo para dirimir um litígio no contexto do processo judicial relativo ao litígio em causa, nem aos casos em que o tribunal ou o juiz do processo solicitem a ajuda ou o parecer de uma pessoa competente.
- (13) A mediação prevista na presente directiva deverá ser um processo voluntário, na medida em que as próprias partes são as responsáveis pelo processo, podendo organizá-lo como quiserem e terminá-lo a qualquer momento. Todavia, os tribunais deverão ter a possibilidade, nos termos do direito nacional, de estabelecer prazos máximos para os processos de mediação. Os tribunais deverão também poder chamar a atenção das partes para a possibilidade de mediação, sempre que tal for oportuno.
- (14) Nada na presente directiva deverá afectar a legislação nacional que preveja o recurso obrigatório à mediação ou a sujeite a incentivos ou sanções, desde que tal legislação não impeça as partes de exercerem o seu direito de acesso ao sistema judicial. Nada na presente directiva deverá afectar os sistemas de mediação auto-reguladores já existentes, na medida em que estes se apliquem a aspectos não abrangidos pela presente directiva.
- (15) No interesse da segurança jurídica, a presente directiva deverá indicar qual a data relevante para determinar se tem ou não carácter transfronteiriço um litígio que as partes procuram resolver com recurso à mediação. Na ausência de um acordo escrito, deverá considerar-se que as partes acordam em recorrer à mediação no momento em que tomam medidas específicas para dar início ao processo de mediação.
- (16) Para assegurar a necessária confiança mútua no que diz respeito à confidencialidade, aos efeitos nos prazos de prescrição e caducidade e ao reconhecimento e execução dos acordos obtidos por via de mediação, os Estados-Membros deverão incentivar, por todos os meios que considerem adequados, a formação de mediadores e a criação de mecanismos eficazes de controlo da qualidade relativamente à prestação de serviços de mediação.
- (17) Os Estados-Membros deverão definir esses mecanismos, que podem incluir o recurso a soluções com base no mercado, e não lhes deverá ser exigido qualquer financiamento para este efeito. Tais mecanismos deverão ter por finalidade preservar a flexibilidade do processo de mediação e a autonomia das partes e garantir que a mediação seja conduzida de modo eficaz, imparcial e competente. Dever-se-á chamar a atenção dos mediadores para a existência do Código de Conduta Europeu para Mediadores, que deverá estar também acessível ao público em geral na Internet.
- (18) No domínio da defesa do consumidor, a Comissão aprovou uma recomendação ⁽¹⁾ que estabelece os critérios mínimos de qualidade que os organismos extrajudiciais envolvidos na resolução consensual de litígios de consumo deverão oferecer aos seus utilizadores. Qualquer mediador ou organismo abrangido pelo âmbito de aplicação da recomendação deverá ser incentivado a respeitar os seus princípios. Para facilitar a divulgação das informações relativas a tais organismos, a Comissão deverá criar uma base de dados dos sistemas extrajudiciais que os Estados-Membros consideram respeitar os princípios consagrados nessa recomendação
- (19) A mediação não deverá ser considerada uma alternativa inferior ao processo judicial pelo facto de o cumprimento dos acordos resultantes da mediação depender da boa vontade das partes. Por conseguinte, os Estados-Membros deverão assegurar que as partes de um acordo escrito, obtido por via de mediação, possam solicitar que o conteúdo do seu acordo seja declarado executório. Os
- ⁽¹⁾ Recomendação 2001/310/CE da Comissão, de 4 de Abril de 2001, relativa aos princípios aplicáveis aos organismos extrajudiciais envolvidos na resolução consensual de litígios do consumidor (JO L 109 de 19.4.2001, p. 56).

- Estados-Membros só deverão poder recusar declarar esse acordo executório se o seu conteúdo for contrário ao direito interno, incluindo o direito internacional privado, ou se o seu direito não prever o carácter executório do conteúdo do acordo específico. Tal poderá acontecer se a obrigação especificada no acordo não tiver, pela sua natureza, carácter executório.
- (20) O conteúdo de um acordo obtido por via de mediação e declarado executório num Estado-Membro deverá ser reconhecido e declarado executório nos outros Estados-Membros, nos termos do direito comunitário ou interno aplicável. Tal seria possível, por exemplo, com base no Regulamento (CE) n.º 44/2001 do Conselho, de 22 de Dezembro de 2000, relativo à competência judiciária, ao reconhecimento e à execução de decisões em matéria civil e comercial ⁽¹⁾, ou no Regulamento (CE) n.º 2201/2003 do Conselho, de 27 de Novembro de 2003, relativo à competência, ao reconhecimento e à execução de decisões em matéria matrimonial e em matéria de responsabilidade parental ⁽²⁾.
- (21) O Regulamento (CE) n.º 2201/2003 prevê especificamente que os acordos entre as partes têm imperativamente que gozar de força executória no Estado-Membro em que foram celebrados para poderem ter força executória noutro Estado-Membro. Por conseguinte, se o conteúdo de um acordo em matéria de direito da família, obtido por via de mediação, não tiver força executória no Estado-Membro onde foi celebrado e se for solicitada a sua executoriedade, a presente directiva não deverá incentivar as partes a contornar o direito desse Estado-Membro, conseguindo que esse acordo seja dotado de força executória noutro Estado-Membro.
- (22) A presente directiva não deverá afectar as regras em vigor nos Estados-Membros relativas à execução de acordos resultantes da mediação.
- (23) A confidencialidade no processo de mediação é importante e a presente directiva deverá, por conseguinte, prever um nível mínimo de compatibilidade das normas processuais civis no que diz respeito à forma de proteger a confidencialidade da mediação em subsequentes processos judiciais ou de arbitragem em matéria civil e comercial.
- (24) A fim de incentivar as partes a recorrerem à mediação, os Estados-Membros deverão assegurar que as suas regras relativas aos prazos de prescrição e caducidade não impeçam as partes de recorrer ao tribunal ou à arbitragem se a sua tentativa de mediação falhar. Os Estados-Membros deverão assegurar que este resultado seja alcançado, apesar de a presente directiva não harmonizar as regras nacionais relativas aos prazos de prescrição e caducidade. Não deverão ser afectadas pela presente directiva as disposições relativas aos prazos de prescrição e caducidade em acordos internacionais, tal
- como aplicadas nos Estados-Membros, por exemplo no domínio do direito dos transportes.
- (25) Os Estados-Membros deverão incentivar a comunicação de informações ao público em geral sobre a forma de contactar mediadores e organizações que prestam serviços de mediação. Deverão também incentivar os profissionais do direito a informar os seus clientes acerca da possibilidade de recurso à mediação.
- (26) Nos termos do ponto 34 do Acordo interinstitucional «Legislar melhor» ⁽³⁾, os Estados-Membros são encorajados a elaborar, para si próprios e no interesse da Comunidade, os seus próprios quadros, que ilustrem, na medida do possível, a concordância entre a presente directiva e as respectivas medidas de transposição, e a publicá-los.
- (27) A presente directiva pretende promover os direitos fundamentais e tem em conta os princípios consagrados, em especial, na Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia.
- (28) Atendendo a que o objectivo da presente directiva não pode ser suficientemente realizado pelos Estados-Membros e pode, pois, devido à dimensão ou aos efeitos da acção prevista, ser mais bem alcançado a nível comunitário, a Comunidade pode tomar medidas em conformidade com o princípio da subsidiariedade, consagrado no artigo 5.º do Tratado. Em conformidade com o princípio da proporcionalidade consagrado no mesmo artigo, a presente directiva não excede o necessário para atingir aquele objectivo.
- (29) Nos termos do artigo 3.º do Protocolo relativo à posição do Reino Unido e da Irlanda, anexo ao Tratado da União Europeia e ao Tratado que institui a Comunidade Europeia, o Reino Unido e a Irlanda notificaram a sua intenção de participar na aprovação e na aplicação da presente directiva.
- (30) Nos termos dos artigos 1.º e 2.º do Protocolo relativo à posição da Dinamarca, anexo ao Tratado da União Europeia e ao Tratado que institui a Comunidade Europeia, a Dinamarca não participa na aprovação da presente directiva e não fica a ela vinculada nem sujeita à sua aplicação,

APROVARAM A PRESENTE DIRECTIVA:

Artigo 1.º

Objectivo e âmbito de aplicação

1. O objectivo da presente directiva consiste em facilitar o acesso à resolução alternativa de litígios e em promover a resolução amigável de litígios, incentivando o recurso à mediação e assegurando uma relação equilibrada entre a mediação e o processo judicial.

⁽¹⁾ JO L 12 de 16.1.2001, p. 1. Regulamento com a última redacção que lhe foi dada pelo Regulamento (CE) n.º 1791/2006 (JO L 363 de 20.12.2006, p. 1).

⁽²⁾ JO L 338 de 23.12.2003, p. 1. Regulamento com a redacção que lhe foi dada pelo Regulamento (CE) n.º 2116/2004 (JO L 367 de 14.12.2004, p. 1).

⁽³⁾ JO C 321 de 31.12.2003, p. 1.

2. A presente directiva é aplicável aos litígios transfronteiriços em matéria civil e comercial, excepto no que se refere aos direitos e obrigações de que as partes não possam dispor ao abrigo do direito aplicável. Não abrange, nomeadamente, as matérias fiscais, aduaneiras ou administrativas, nem a responsabilidade do Estado por actos ou omissões no exercício da autoridade do Estado (*acta jure imperii*).

3. Na presente directiva, o termo «Estado-Membro» designa qualquer Estado-Membro, com excepção da Dinamarca.

Artigo 2.º

Litígios transfronteiriços

1. Para efeitos da presente directiva, entende-se por litígio transfronteiriço um litígio em que pelo menos uma das partes tenha domicílio ou residência habitual num Estado-Membro distinto do de qualquer das outras partes, à data em que:

- a) As partes decidam, por acordo, recorrer à mediação após a ocorrência de um litígio,
- b) A mediação seja ordenada por um tribunal,
- c) A obrigação de recorrer à mediação se constitua ao abrigo do direito interno, ou
- d) Para efeitos do artigo 5.º, seja dirigido um convite às partes.

2. Não obstante o disposto no n.º 1, para efeitos dos artigos 7.º e 8.º, entende-se igualmente por litígio transfronteiriço um litígio em que o processo judicial ou a arbitragem sejam iniciados, na sequência de uma mediação entre as partes, num Estado-Membro distinto daquele onde as partes tenham o seu domicílio ou a sua residência habitual à data referida na alínea a), b) ou c) do n.º 1.

3. Para efeitos dos n.os 1 e 2, o domicílio é determinado nos termos dos artigos 59.º e 60.º do Regulamento (CE) n.º 44/2001.

Artigo 3.º

Definições

Para efeitos da presente directiva, entende-se por:

- a) «Mediação», um processo estruturado, independentemente da sua designação ou do modo como lhe é feita referência, através do qual duas ou mais partes em litígio procuram voluntariamente alcançar um acordo sobre a resolução do seu litígio com a assistência de um mediador. Este processo pode ser iniciado pelas partes, sugerido ou ordenado por um tribunal, ou imposto pelo direito de um Estado-Membro.

Abrange a mediação conduzida por um juiz que não seja responsável por qualquer processo judicial relativo ao litígio em questão. Não abrange as tentativas do tribunal ou do juiz

no processo para solucionar um litígio durante a tramitação do processo judicial relativo ao litígio em questão;

- b) «Mediador», uma terceira pessoa a quem tenha sido solicitado que conduza uma mediação de modo eficaz, imparcial e competente, independentemente da denominação ou da profissão dessa pessoa no Estado-Membro em causa e da forma como ela tenha sido designada ou de como tenha sido solicitada a conduzir a mediação.

Artigo 4.º

Garantir a qualidade da mediação

1. Os Estados-Membros devem incentivar, por todos os meios que considerem adequados, o desenvolvimento e a adesão a códigos voluntários de conduta pelos mediadores e organismos que prestem serviços de mediação, bem como outros mecanismos eficazes de controlo da qualidade da prestação de serviços de mediação.

2. Os Estados-Membros devem incentivar a formação inicial e contínua dos mediadores, a fim de garantir que a mediação seja conduzida de modo eficaz, imparcial e competente relativamente às partes.

Artigo 5.º

Recurso à mediação

1. O tribunal perante o qual é proposta uma acção pode, quando tal se revelar adequado e tendo em conta todas as circunstâncias do caso, convidar as partes a recorrerem à mediação para resolverem o litígio. O tribunal pode também convidar as partes a assistir a uma sessão de informação sobre a utilização da mediação, se tais sessões se realizarem e forem facilmente acessíveis.

2. A presente directiva não afecta a legislação nacional que preveja o recurso obrigatório à mediação ou o sujeito a incentivos ou sanções, quer antes, quer depois do início do processo judicial, desde que tal legislação não impeça as partes de exercerem o seu direito de acesso ao sistema judicial.

Artigo 6.º

Executoriedade dos acordos obtidos por via de mediação

1. Os Estados-Membros devem assegurar que as partes, ou uma das partes com o consentimento expresso das outras, tenham a possibilidade de requerer que o conteúdo de um acordo escrito, obtido por via de mediação, seja declarado executório. O conteúdo de tal acordo deve ser declarado executório salvo se, no caso em questão, o conteúdo desse acordo for contrário ao direito do Estado-Membro onde é feito o pedido ou se o direito desse Estado-Membro não prever a sua executoriedade.

2. O conteúdo de um acordo pode ser dotado de força executória mediante sentença, decisão ou acto autêntico de um tribunal ou de outra autoridade competente, de acordo com o direito do Estado-Membro em que o pedido é apresentado.

3. Os Estados-Membros informam a Comissão dos tribunais ou das outras autoridades competentes para receber os pedidos nos termos dos n.ºs 1 e 2.

4. O presente artigo em nada prejudica as regras aplicáveis ao reconhecimento e à execução noutro Estado-Membro de um acordo que tenha sido declarado executório, nos termos do n.º 1.

Artigo 7.º

Confidencialidade da mediação

1. Dado que se pretende que a mediação decorra de uma forma que respeite a confidencialidade, os Estados-Membros devem assegurar que, salvo se as partes decidirem em contrário, nem os mediadores, nem as pessoas envolvidas na administração do processo de mediação sejam obrigadas fornecer provas em processos judiciais ou arbitragens civis ou comerciais, no que se refere a informações decorrentes ou relacionadas com um processo de mediação, excepto:

- a) Caso tal seja necessário por razões imperiosas de ordem pública do Estado-Membro em causa, em especial para assegurar a protecção do superior interesse das crianças ou para evitar que seja lesada a integridade física ou psíquica de uma pessoa, ou
- b) Caso a divulgação do conteúdo do acordo obtido por via de mediação seja necessária para efeitos da aplicação ou execução desse acordo.

2. Nada no n.º 1 obsta a que os Estados-Membros apliquem medidas mais rigorosas para proteger a confidencialidade da mediação.

Artigo 8.º

Efeitos da mediação nos prazos de prescrição e caducidade

1. Os Estados-Membros devem assegurar que as partes que optarem pela mediação numa tentativa de resolver um litígio não fiquem impedidas de, posteriormente, instaurarem um processo judicial ou iniciarem um processo de arbitragem relativo a esse litígio por terem expirado os prazos de prescrição ou de caducidade durante o processo de mediação.

2. O n.º 1 não prejudica as disposições relativas aos prazos de prescrição e caducidade em acordos internacionais em que os Estados-Membros sejam partes.

Artigo 9.º

Informação do público em geral

Os Estados-Membros incentivam, pelos meios que considerem adequados, a disponibilização ao público em geral, em particular em sítios Internet, de informações sobre a forma de contactar os mediadores ou as organizações que prestam serviços de mediação.

Artigo 10.º

Informações sobre os tribunais e as autoridades competentes

A Comissão disponibiliza ao público, pelos meios adequados, as informações sobre os tribunais e as autoridades competentes, comunicadas pelos Estados-Membros nos termos do n.º 3 do artigo 6.º.

Artigo 11.º

Revisão

Até ... (*), a Comissão apresenta ao Parlamento Europeu, ao Conselho e ao Comité Económico e Social Europeu um relatório sobre a aplicação da presente directiva. Este relatório deve estudar o desenvolvimento da mediação em toda a União Europeia e o impacto da presente directiva nos Estados-Membros. Se necessário, o relatório deve ser acompanhado de propostas destinadas a adaptar a presente directiva.

Artigo 12.º

Transposição

1. Os Estados-Membros devem pôr em vigor as disposições legislativas, regulamentares e administrativas necessárias para dar cumprimento à presente directiva, antes de ... (**), com excepção do artigo 10.º, ao qual deve ser dado cumprimento até ... (***), e informar imediatamente a Comissão desse facto.

Quando os Estados-Membros aprovarem essas disposições, estas devem incluir uma referência à presente directiva ou ser acompanhadas dessa referência aquando da sua publicação oficial. As modalidades de efectuar essa referência são aprovadas pelos Estados-Membros.

(*) 8 anos após a data de aprovação da presente directiva.

(**) 3 anos após a data de aprovação da presente directiva.

(***) 30 meses após a data de aprovação da presente directiva.

2. Os Estados-Membros devem comunicar à Comissão o texto das principais disposições de direito interno que aprovarem nas matérias reguladas pela presente directiva.

Artigo 14.º

Destinatários

Os Estados-Membros são os destinatários da presente directiva.

Artigo 13.º

Feito em ...

Entrada em vigor

A presente directiva entra em vigor no vinte dias após a sua publicação no *Jornal Oficial da União Europeia*.

Pelo Parlamento Europeu

Pelo Conselho

O Presidente

O Presidente

...

...

NOTA JUSTIFICATIVA DO CONSELHO

I. INTRODUÇÃO

1. Em 22 de Outubro de 2004, a Comissão apresentou uma proposta de directiva do Parlamento Europeu e do Conselho relativa a certos aspectos da mediação em matéria civil e comercial.
2. Na sua sessão de 1 e 2 de Dezembro de 2005, o Conselho (Justiça e Assuntos Internos) tomou nota de um entendimento comum obtido no Comité das Questões de Direito Civil (RAL) ⁽¹⁾.
3. Em 29 de Março de 2007, o Parlamento Europeu emitiu parecer sobre a proposta em primeira leitura ⁽²⁾.
4. Em 13 de Abril de 2007, o Comité das Questões de Direito Civil (RAL) analisou as alterações introduzidas pelo Parlamento Europeu. À luz dessa análise, foi elaborada uma versão consolidada da proposta, que foi subsequentemente debatida durante várias reuniões e reformulada quanto a um certo número de pontos.
5. Em 3 de Outubro de 2007, o Coreper subscreveu um texto de compromisso ⁽³⁾ resultante dos debates do Comité, como ponto de partida para as negociações com o Parlamento Europeu com vista a chegar a acordo em segunda leitura.
6. Durante os contactos subsequentes com o Parlamento Europeu foram acordadas algumas alterações ao texto de compromisso. Na sua sessão de 8 e 9 de Novembro de 2007, o Conselho (Justiça e Assuntos Internos) chegou a acordo político sobre este novo texto ⁽⁴⁾. O Parlamento Europeu confirmou nessa ocasião que poderia aceitar o texto.
7. O Conselho aprovou por unanimidade a sua posição comum em 28 de Fevereiro de 2008.

II. ANÁLISE DA POSIÇÃO COMUM

8. A posição comum do Conselho corresponde ao texto do acordo político de Novembro de 2007, que reflectia o resultado das negociações entre o Conselho, a Comissão e o Parlamento Europeu, na sequência da adopção do parecer do Parlamento Europeu em primeira leitura.

A. Alterações 1 a 11 relativas aos considerandos

9. O Conselho retomou o conteúdo das alterações 1-11 na medida do possível, mas muitas destas alterações foram reformuladas e inseridas numa sequência diferente, a fim de respeitar a redacção final e a estrutura do projecto de directiva.
10. O Conselho não aceitou a alteração 2, mas manteve no considerando 18 uma referência à Recomendação da Comissão mencionada naquela alteração. A alteração 4 encontra-se reflectida no considerando 8, mas de uma forma mais sucinta. A última frase da alteração 6 foi omitida, visto que o Conselho manteve o texto do artigo 7.º-A do entendimento comum de Dezembro de 2005 (artigo 8.º da posição comum). A alteração 10 foi incorporada em termos de conteúdo no considerando 17, mas as referências específicas às Recomendações da Comissão foram omitidas, bem como a referência à publicação do Código Europeu de Conduta para Mediadores.
11. O Conselho aditou alguns novos considerandos a fim de explicar melhor certos aspectos do projecto de directiva. O Conselho quis sublinhar que as modernas tecnologias de comunicação estão votadas a serem cada vez mais utilizadas no processo de mediação, e nesse sentido inseriu o considerando 9 sobre este aspecto. O Conselho procurou também deixar claro que o projecto de directiva não estabelece regras de execução e que as regras em vigor nos Estados-Membros relativas à execução não são assim afectadas pela directiva (considerando 22). Finalmente, a fim de seguir o Acordo Interinstitucional «Legislar melhor», o Conselho inseriu o considerando 26, que encoraja os Estados-Membros a elaborarem quadros de concordância quando implementarem a directiva.

⁽¹⁾ 15043/05 JUSTCIV 217 CODEC 1102.

⁽²⁾ 8117/1/07 REV 1 CODEC 312 JUSTCIV 76.

⁽³⁾ 13290/07 JUSTCIV 243 CODEC 1000.

⁽⁴⁾ 14316/07 JUSTCIV 278 CODEC 1130.

B. Alterações 12 a 34 relativas aos artigos

12. O Conselho aceitou as alterações 12, 13 e 14 relativas ao artigo 1.º, que reflectiam em grande medida o texto do entendimento comum de Dezembro de 2005. No entanto, não foi aceite a supressão proposta de parte da primeira frase do n.º 2, mas a excepção foi redigida de outra forma, lendo-se agora no texto da posição comum: «excepto no que se refere aos direitos e obrigações de que as partes não possam dispor ao abrigo do direito aplicável». Além disso, foi introduzido um esclarecimento desta disposição no considerando 10.
13. O Conselho incorporou o conteúdo da alteração 15 referente a um novo artigo sobre o carácter transfronteiriço da directiva, mas reformulou parcialmente a disposição. Inseriu também um novo considerando (considerando 15) para melhor esclarecer o n.º 1.
14. As alterações 16 e 17 encontram-se reflectidas no texto do actual artigo 3.º. O Conselho aceitou mencionar especificamente no texto o carácter voluntário do processo de mediação, e sublinhou também este aspecto no considerando 13. Assim sendo, o Conselho considerou desnecessário inserir um novo ponto sobre este aspecto, como fora sugerido pelo Parlamento Europeu na alteração 21. Quanto ao texto da alínea b) do actual artigo 3.º, o Conselho decidiu manter o texto do seu entendimento comum de Dezembro de 2005, considerando que este texto deixa suficientemente claros os requisitos a que um mediador deverá responder ao conduzir uma mediação.
15. O Conselho incorporou a alteração 18 no artigo 4.º da posição comum, com excepção do n.º 3 sugerido, que o Conselho não pôde aceitar.
16. As alterações 19 e 20 relativas ao artigo 3.º (artigo 5.º da posição comum), que correspondiam ao texto do entendimento comum de Dezembro de 2005, foram aceites na totalidade. Foram igualmente aceites as alterações 22 e 27, relativas à supressão de disposições.
17. As alterações 23 a 26 relativas ao artigo 5.º (artigo 6.º da posição comum) foram aceites pelo Conselho, mediante uma ligeira reformulação do n.º 1 destinada a tornar o texto mais claro.
18. Quanto à alteração 28, o Conselho aceitou a sua maior parte, que se encontra reflectida no texto do artigo 7.º da posição comum. O Conselho decidiu no entanto manter a disposição tal como se encontrava redigida no entendimento comum de Dezembro de 2005. Tal significa que o Conselho não aceitou que fosse também impossível para as partes numa mediação revelar informação relativa ao processo de mediação, nem que a proibição de divulgação abrangesse também a divulgação a terceiros. Ao manter o texto do entendimento comum, o Conselho decidiu não submeter os Estados-Membros à obrigação de assegurar que as pessoas envolvidas num processo de mediação não gozem sequer do direito de apresentar provas.
19. O Conselho não pôde aceitar a alteração 29, que em sua opinião continha disposições demasiado pormenorizadas para uma directiva. Assim, no artigo 8.º da posição comum manteve o texto do entendimento comum de Dezembro de 2005. No entanto, a fim de salientar a importância desta disposição e de responder às preocupações do Parlamento Europeu, o Conselho inseriu um novo considerando (considerando 24), que torna bastante claro que pela mesma disposição os Estados-Membros estão sujeitos à obrigação de assegurar um resultado. A alteração 30 relativa ao n.º 2 do mesmo artigo foi aceite pelo Conselho, mas a última parte da disposição foi considerada desnecessária e portanto omitida no texto final.
20. O Conselho aceitou a alteração 31, que se encontra reflectida no novo artigo 9.º da posição comum e no considerando correspondente (considerando 25).
21. A alteração 32 foi rejeitada pelo Conselho devido ao facto de ser impossível publicar o Código de Conduta Europeu para Mediadores no Jornal Oficial, visto o Código de Conduta não ser um texto adoptado oficialmente. No entanto, como se indicou no ponto 10, o Conselho inseriu uma referência ao Código de Conduta no considerando 17.

22. A alteração 33 que previa uma cláusula de revisão foi aceite pelo Conselho quanto ao conteúdo, e figura agora no artigo 11.º da posição comum uma disposição nesse sentido, embora com uma diferente redacção. O Conselho não pôde aceitar a última parte da cláusula de revisão sugerida, relativa a uma harmonização dos prazos de caducidade e prescrição, tal como não pôde aceitar a alteração 29 relativa ao artigo sobre a mesma questão. Esta disposição específica foi parte das negociações com o Parlamento Europeu, tendo o texto actual sido acordado assim.
23. O Conselho não pôde aceitar a alteração 34 visto que a implementação sugerida mediante acordos voluntários seria impossível por razões jurídicas. No entanto, para deixar claro que os sistemas de mediação auto-reguladores já existentes podem ser mantidos, na medida em que se apliquem a aspectos não abrangidos pela directiva, foi introduzida uma frase neste sentido no considerando 14. Quanto às datas previstas para o cumprimento da directiva, o Conselho apresentou datas diferentes das sugeridas na alteração 34. Os Estados-Membros dispõem agora de 36 meses após a data de aprovação para darem cumprimento à directiva, mas deverão comunicar à Comissão no prazo de 30 meses as informações sobre os tribunais e as autoridades competentes.

III. CONCLUSÃO

24. O Conselho considera que a sua posição comum é um texto equilibrado que reflecte fielmente o acordo alcançado nas negociações com o Parlamento Europeu em Outubro de 2007.
-